



## O arcabouço legal em tempo de crise

Nestes tempos conturbados em que ora vivemos, com opiniões polarizadas sobre temas pungentes, a Justiça tem o seu papel a exercer. Sua mais conhecida simbologia, a estátua de olhos fechados com a balança em sua mão, traduz o que a sociedade espera: sem fixar sua visão em direções predeterminadas, ter a serenidade de sopesar vozes diversas e emitir sentenças que expressem a tábua da lei de nossos códigos legais, até a nossa Constituição, e então cumprir sua função histórica, qual seja a de definir disputas reinantes na sociedade. É nestes momentos de crise que à Justiça mais se clama.

A diversidade dos meios de informação, desde os tradicionais jornais e revistas até as atuantes redes sociais, nos traz cotidianamente uma variedade de notícias que ora nos alarma, ora nos mostra que a democracia, sustentada em instância definitiva pela ação ética e legal dos três poderes, persiste em bases firmes em nosso país. O filósofo Immanuel Kant diz que uma ação é ética quando se pode elevá-la à categoria de regra universal, apropriada para todos.

E é esta regra maior - o bem geral - que a Justiça está encarregada de preservar. Nestes momentos, que podem parecer para muitos de incertezas, as leis são o porto seguro da sociedade. As atuais reivindicações contrastantes só serão elucidadas a partir da serenidade com que a Constituição for, como desde sempre, exercida em sua plenitude.

Todos esperam a ação moderadora e esclarecedora dos magistrados de diversas instâncias a fim de que atravessemos estes ares tormentosos que ora nos afligem. E é possível assegurar que a Justiça brasileira está pronta para este novo desafio: defender a ainda jovem democracia conquistada por todos os brasileiros.

A EDITORIA

## Debates com a sociedade

A narração dos fatos diários na imprensa se constitui, com o passar do tempo, em um dos mais preciosos arquivos da sociedade. Assim, reunidos em uma série publicada em O Globo com o nome de “Os dez crimes que chocaram o Rio de Janeiro”, parte deste rico acervo foi exposto no Salão Histórico do Tribunal do Júri e serviu de tema para um debate no próprio Tribunal, local onde a maioria dos casos foi julgada.

A estreia contou com a presença de Maria Elisa Alves, repórter responsável pela série no jornal, Marcio Ronaldo Teixeira, diretor do arquivo do TJRJ, e Marco Antônio Sampaio, diretor do Museu da Justiça, e foi mediada por Mauro Ventura, diretor-geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento do Tribunal e idealizador do evento. O Assassinato da atriz Daniella Perez, o Caso Carlinhos, o Crime do Saco-pã, a Fera da Penha e a Chacina de Vigário Geral são alguns dos crimes conservados no imaginário carioca.

### Café com Lei

Também em abril, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) trouxe novidades para o público: o Café com Lei, evento criado para tirar dúvidas e trocar ideias com o Poder Judiciário. Estreando com o tema “Violência Ins-



Cartaz de divulgação da exposição

titucional: Conheça seus direitos”, o bate-papo contou a presença do desembargador Sérgio Verani, presidente do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Escola de Magistratura do Rio (EMERJ). A mediação do debate foi feita pelo jornalista Mauro Ventura, diretor-geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento do Tribunal.

A primeira edição do Café com Lei, no Antigo Palácio da Justiça, foi rica em debate. “A violência institucional é voltada para a comunidade. Tem um componente racista nisso. É histórico”, afirmou o desembargador sobre um dos temas.



Mauro Ventura e o des. Sérgio Verani conversam com o auditório: violência

# A atuação judicial para o sucesso das Olimpíadas

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sensível à necessidade de se aproximar da sociedade, assumindo papel proativo e se fazendo presente nos locais onde a atividade judicante se revela necessária, há muitos anos implantou nos estádios de futebol postos avançados do Juizado Especial Criminal, tendo tal pioneira providência valido para os seus idealizadores, notáveis Magistrados desse Estado, a conquista do prestigiado prêmio Innovare em razão do ineditismo da medida e de sua inequívoca contribuição para a melhoria do ambiente no interior e no entorno dos estádios.

Ainda que seja forçoso reconhecer que há muito que avançar, faz-se inequívoco que a situação melhorou sobremaneira, em comparação com o cenário de anos atrás, período no qual os estádios de futebol se traduziam em território hostil para pessoas de bem, que se viam verdadeiramente impossibilitadas de lá comparecerem com suas famílias, encontrando-se vivas na memória cenas lamentáveis de vandalismo, com disseminação de violência e de ódio.

A realidade atual se mostra diversa, sendo certo que, gradativamente, os estádios vêm voltando a ser locais pacíficos, tendo o Poder Judiciário assumido importante protagonismo nessa transformação.

Com efeito, o modo pelo qual se dá a prestação jurisdicional constitui fator de inibição para muitos daqueles que cogitam praticar atos delitivos no interior e no entorno dos estádios, na medida em que percebem que a resposta judicial será pronta e imediata.

Os postos avançados do Juizado Especial Criminal, atualmente, por força da expressa previsão do art. 62, da lei de organização judiciária do Estado do Rio de Janeiro, se



Desembargador Mauro Martins

*“Trinta juízes foram designados pelo Tribunal de Justiça do Rio para atuarem nos Jogos Olímpicos em cinco locais em regime de plantão e rodízio”*

*“A prestação jurisdicional constitui fator de inibição para muitos daqueles que cogitam praticar delitos nos estádios e no seu entorno”*

transformaram em postos avançados do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos, sendo certo que a Justiça, assim, se faz presente, não somente nos estádios de futebol, como também nos grandes eventos realizados na cidade, que, cada vez mais, vem exercendo a sua vocação para sediá-los.

As Olimpíadas, por consistirem no maior evento do planeta, estão demandando de todos os segmentos do Estado esforço conjunto para que a sua realização ocorra com o sucesso esperado, havendo intensa expectativa social acerca dos legados a serem deixados na cidade posteriormente.

O Tribunal de Justiça, através de postos avançados do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos, já designou trinta juízes, que atuarão em, pelo menos, cinco locais, quais sejam: Maracanã, Engenhão, Parque Olímpico da Barra da Tijuca, Deodoro e Copacabana, em regime de plantão e rodízio.

Importante destacar que referidos postos avançados funcionarão com competência ampla, podendo resolver conflitos de natureza cível, atuando também na seara criminal, com a decretação da prisão ou a imposição de outras medidas substitutivas, em face daqueles que praticarem delitos nos locais nos quais se desenvolverá a atividade olímpica ou em seus arredores.

Assim, o Poder Judiciário do Rio de Janeiro estará desempenhando sua função nos jogos olímpicos, prestando o serviço público que lhe cabe, atendendo aos anseios da sociedade e proporcionando a todos que comparecerem às respectivas instalações ambiente de tranquilidade e segurança.

# Justiça Cidadã, a conscientização do povo

Programa do TJRJ chega à 26ª edição formando agentes multiplicadores de conhecimentos nas comunidades

A vigilante Iracema de Sousa sempre foi atenta aos problemas do bairro em que mora, Bangu. Buracos no asfalto, postes sem luz, discussão entre vizinhos. Aos poucos, ela se tornou líder comunitária procurada pelos moradores em busca de orientações para enfrentar as dificuldades do dia a dia. “Eu senti necessidade de buscar conhecimento. Tinha receio de passar alguma informação errada ou de não conseguir ajudar”, disse.

Por meio de um amigo, Iracema conheceu o programa Justiça Cidadã, oferecido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desde 2004. Já no primeiro dia de aula, a vigilante estava cheia de expectativas. “As pessoas da comunidade são carentes de informações. Espero, com o curso, conhecer melhor nossos direitos e deveres para ajudar a esclarecer os moradores”.

O Justiça Cidadã é um programa de formação continuada que visa a promover a inclusão social e o exercício de uma cidadania mais responsável, crítica e consciente, por meio de ações educativas que orientem o cidadão sobre como e quando recorrer ao Judiciário na defesa dos seus interesses indivi-



O projeto é um curso de “juridiquês” para os leigos, explica a Desa. Cristina

*“O projeto é um espaço para o juiz saber dos problemas da população, perceber melhor o sofrimento das pessoas. Usamos o projeto para melhorar a Magistratura”*

*Desembargadora Cristina Gaulia*

duais e coletivos. É direcionado a lideranças comunitárias, gestores sociais, membros de associações e participantes da sociedade civil organizada, que desenvolvam trabalhos comunitários voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Está na 26ª edição.

Na programação do curso, os alunos recebem aulas sobre Estatuto da Criança e do Adolescente, atribuições do Ministério Público e da Defensoria Pública, noções de Direito do Trabalho e de Direito Penal, entre outros assuntos. Mais de 930 pessoas já concluíram o curso, que dura aproximadamente

três meses. “O projeto, reservado para pessoas leigas em Direito, é uma espécie de dicionário do ‘juridiquês’. Partimos do princípio de que, se você conhece os seus direitos e deveres, se torna um cidadão menos dependente do Poder Judiciário”, defende a coordenadora do programa, desembargadora Cristina Tereza Gaulia.

Os benefícios das aulas já foram percebidos pelo gari Amauri Barbosa, que concluiu o curso no fim de 2015. “O Justiça Cidadã abriu horizontes para mim. É uma oportunidade única. Oriento as pessoas a partir do que aprendi e já vejo bons resultados”. Assim, Amauri resolveu uma discussão entre vizinhos causada por um galho de árvore e orientou um cunhado com problemas com a operadora telefônica.

E o aprendizado não é apenas para as lideranças comunitárias. A desembargadora Cristina Gaulia faz questão de destacar que o programa é uma via de mão dupla que beneficia também os magistrados e os servidores participantes. “O Justiça Cidadã é um espaço para o juiz saber dos problemas da população, perceber melhor o sofrimento das pessoas. Usamos o projeto para melhorar a Magistratura”, afirma.



Iracema: carentes de informação

# Saúde mental: nova lei restaura direitos

As relações entre saúde e justiça são mais estreitas do que parecem. Presidente do Fórum Permanente de Direito e Saúde da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), a juíza Isabel Teresa Pinto Coelho afirma que a legislação do Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma ferramenta emancipadora. A magistrada presidiu a mesa de debates no seminário "O Judiciário e a Questão da Saúde Mental", que aconteceu em março no Museu da Justiça do TJRJ, como parte da programação da VII Semana do Cérebro, evento que acontece mundialmente desde 1995.

**Qual o papel do Judiciário frente às questões de saúde?**

A judicialização da saúde teve início com a Constituição de 1988, quando a questão passou a ser um direito social e a população começou a demandar judicialmente ante as ações do Estado, principalmente em relação à medicalização e hospitalização. Quando começou a onda de internação compulsória feita pela prefeitura no Rio de Janeiro em 2012, houve uma repercussão muito grande no Judiciário, uma vez que a mídia colocou essa questão como solução para muitas famílias que tinham problemas com uso abusivo de drogas. Isso gerou para a Justiça diversas demandas individuais de internação compulsória.

**A Lei Federal nº 10.206/2001, que instituiu a Reforma Psiquiátrica, determinou o fechamento de manicômios psiquiátricos, en-**

**tretanto sabe-se que a legislação não foi respeitada e esses locais continuam existindo. Por que na prática a lei falhou?**

É preciso articulação de todas as instituições e criação de dispositivos para que as pessoas efetivamente recebam tratamento. A própria lei, no Artigo 5º, diz que elas precisam ser colocadas em residências terapêuticas, mas para isso é preciso que estas sejam criadas. Entretanto, muitas vezes existem conflitos com a própria comunidade, porque acham



Juíza Isabel Coelho: quebrar barreiras

*“O Estatuto da Pessoa com Deficiência veio para emancipar qualquer um com sofrimento mental, devolvendo direitos como a possibilidade de casar e trabalhar”*

Juíza Isabel Coelho

que são pessoas perigosas. Existe um estigma em relação aos ditos loucos. São muitas barreiras que precisam ser quebradas. Não só de institutos, que têm que se adequar ao tratamento, mas também no funcionamento efetivo dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), consultórios de rua, programa de correção de danos, tudo isso é preciso ser feito de maneira articulada para que funcione.

**Em 2015, foi instituído pela Lei nº 13.146 o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A senhora acredita que essa seja uma lei emancipadora?**

Com certeza. Antes não se enxergava qualquer tipo de pessoa com sofrimento mental como uma pessoa dotada de direitos, capaz de trabalhar, de casar ou de realizar tarefas do dia a dia. Abordava-se, com o curador, de uma forma muito dependente. O estatuto veio para emancipar, agora o próprio indivíduo pode pedir o levantamento de sua condição, o que é realmente libertador.

**No seminário “O Judiciário e a Questão da Saúde Mental”, que aconteceu no Museu da Justiça, a senhora defende a boa judicialização. O que seria isso?**

Para mim, a boa judicialização é a efetivação dos aspectos positivos da Lei nº 10.216 e suas ações coletivas: o Ministério Público prevendo a instalação das residências terapêuticas nas comarcas, o fechamento de comunidades terapêuticas violadoras de direitos humanos e a fiscalização desses fechamentos. Também a efetivação para que certos dispositivos sejam implementados, como os CAPS 24 horas e consultórios de rua, por exemplo. Estes são apenas exemplos ainda pendentes nesta longa caminhada.

# Observatório da Mulher: instrumento contra violência doméstica no portal do TJ

Você sabia que a mulher vítima de violência doméstica tem o direito de ser acompanhada por um policial quando for buscar seus bens pessoais em casa? Você conhece todas as medidas protetivas de urgência? Conhece o Projeto Violeta, que garante proteção rápida e eficaz à mulher em situação de violência familiar?

Essas e muitas outras informações, bem como dados e estatísticas sobre o assunto, estão no portal “Observatório da Mulher”, um novo mecanismo de combate à violência doméstica, disponibilizado no site do TJRJ. “O Tribunal participa ativamente da rede de proteção à mulher. Entendemos que o problema da violência doméstica não é apenas da vítima e sim da sociedade como um todo. Quanto mais informação disponível, mais poderemos enfrentar a violência contra a mulher”, afirma o presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.

A magistrada Adriana Ramos de Mello, juíza auxiliar da Presidência e idealizadora do projeto, explica que o Observatório fun-



O portal traz estatísticas e informações que podem ser acessadas por todos

*A violência doméstica é um problema de toda a sociedade e este espaço oferece acesso a toda a orientação existente*

ciona como um banco de dados, reunindo todas as informações relacionadas à violência de gênero. “Através do portal, a mulher terá acesso à legislação sobre o tema, orientações, relação dos órgãos de proteção, crimes mais recorrentes, delegacias especializadas e muitos outros subsídios importantes para a sua proteção.”

O espaço, pioneiro nos tribunais de Justiça do país, pode ser consultado pelo público em geral.

## Sala Lilás realiza 126 atendimentos em três meses



Ambiente acolhedor e psicólogos

Desde dezembro do ano passado, a vítima de estupro e violência que vai ao Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto (IML), na Leopoldina, encontra um ambiente acolhedor, onde uma equipe formada por enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais está preparada para atendê-la. Em três meses, entre os dias 7 de dezembro de 2015 e 11 de março de 2016, a chamada Sala Lilás fez 126 atendimentos de vítimas de violência, sendo 47 adolescentes e 35 crianças. Foram 48 procedimentos en-

tre exames e testes para diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis.

A Sala Lilás é equipada com uma maca ginecológica para o atendimento à mulher, incluindo crianças (vítima de abusos sexuais), adolescentes e idosas. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Polícia Civil, as secretarias estadual e municipal de Saúde, além da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Rio Solidário.

# Convênio incentiva aplicação de boas práticas



Pioneiro em ações a favor da sustentabilidade e sempre atento às questões ambientais, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro inovou mais uma vez. Em cerimônia realizada no dia 12 de abril, o presidente do TJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, assinou protocolo de intenções para formar a Rede de Sustentabilidade, ao lado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, do Tribunal de Contas do Estado e do Jardim Botânico. Outras 49 entidades já aderiram ao convênio.

“O objetivo da rede é promover uma troca de boas ideias; é oferecer a experiência de seus integrantes na aplicação de práticas sustentáveis. Integração, permanência e continuidade fazem parte da missão da Rede”, afirma o desembargador Jessé Torres, presidente da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS) do TJRJ.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, destacou a parceria com o Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Jardim Botânico. “Muito poderemos fazer quando articulados em torno de um objetivo comum, social e ético. Eu agradeço a participação e o empenho de todos nesse compromisso entre gerações, que significa buscar deixar um mundo melhor para o futuro”.

“Nós, brasileiros, estamos enfrentando dificuldades políticas, econômicas e sociais em nosso país. Essas quatro instituições atuam como mediadoras, orientadoras e protetoras da sociedade, principalmente em um momento delicado como esse. Nada mais propício que se

reunissem em torno dessa missão: a promoção da sustentabilidade”, acrescenta o desembargador Jessé Torres.

Para a presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Samyra Crespo, a assinatura do convênio demonstra que as instituições estão preocupadas com o futuro do planeta. “Assino dezenas de papéis, mas nenhum me propiciou tanta alegria quanto esse. O protocolo representa uma rede de conhecimento”.

Também compuseram a mesa da solenidade o coordenador do Cen-

tro de Apoio Operacional ao Meio Ambiente e procurador Sérgio Cavalieri, representando o Tribunal de Contas do Estado.

Durante o evento foram apresentadas as realizações do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Rio (PLS). O plano possui 56 iniciativas programadas, que se desdobram em 215 ações no dia a dia da gestão do Tribunal.

As iniciativas estão organizadas em sete eixos: “Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos”, “Gestão Adequada dos Resíduos Sólidos”, “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho”, “Educação,



A mesa, representando os órgãos envolvidos, explica os novos compromissos

*“Integração, permanência e continuidade fazem parte da missão desta Rede de Sustentabilidade”*

*Desembargador Jessé Torres*

tro de Apoio Operacional ao Meio Ambiente e presidente da Comissão de Gestão Ambiental, promotor Marcos Leal, e o ex-presidente

Comunicação e Sensibilização Ambiental”, “Licitações Sustentáveis”, “Construções Sustentáveis” e “Responsabilidade Social”.

Uma das ações destacadas está relacionada com a gestão dos resíduos sólidos, um dos principais eixos do PLS. “Uma novidade foi a aprovação do convênio com cooperativas de catadores. Após essas associações serem cadastradas, as quatro primeiras começam a trabalhar de forma simultânea. Elas irão receber e destinar os resíduos de forma adequada”, explicou o diretor da Diretoria-Geral de Logística (DGLOG), Francisco Budal.

# Mais qualidade de vida para

Luta contra obesidade e sobrepeso. Educação ergonômica. Acesso à vacinação. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) está empenhado em cuidar da saúde de magistrados e servidores. Cada vez mais engajado em projetos concentrados em responsabilidade social, com o eixo “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho” do Plano de Logística Sustentável (PLS), assinado no ano passado, o Judiciário fluminense vem se preparando para impulsionar suas ações neste setor.

Editado pela Comissão de Políticas Institucionais para a Promoção da Sustentabilidade (COSUS) do TJRJ, o plano prevê uma série de medidas institucionais frente às questões de desenvolvimento sustentável. Partindo do princípio de que “a administração pública deve dar o exemplo na mudança dos padrões de produção e consumo”, o documento é dividido em sete eixos que abordam temas que vão desde o uso racional de recursos energéticos a investimentos em construções sustentáveis, passando pela qualidade de vida.

Muitos acreditam que não existe relação entre saúde e sustentabilidade, o que é um equívoco, como demonstra a médica Ivany Rocha Yparraguirre, diretora da Divisão Integrada de Saúde (DISAU) do Tribunal: “Se nós pensamos no tripé da sustentabilidade, pensamos no econômico, no ambiental e no social. Quando se fala de questão social, se fala de pessoas, e quando se fala de pessoas uma das questões envolvidas é saúde e sua qualidade de vida”.

Terceiro eixo do PLS, “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho” reúne 14 iniciativas (veja abaixo), algumas já pensadas no Projeto Estratégico de Qualidade de Vida do Departamento de Saúde (DESAU)



Dra. Ivany: bem-estar no trabalho

do TJRJ. “Uma instituição produtiva é aquela que investe na saúde de seus funcionários”, afirma a diretora do DISAU. “É uma legitimação social da instituição”, complementa Alfredo Itturriet Ferreira, médico e chefe do Serviço de Saúde Ocupa-



Concluir o diagnóstico das condições de trabalho de duas serventias selecionadas.



Apoiar e contribuir com ações solidárias através de projetos sociais.



Promover Programa de Unidade de Correção Postural (UCP) in company.



Promover Programa de Combate à Obesidade.



Contribuir com a divulgação do tema Qualidade de Vida no Trabalho.



Promover Programa Antitabagismo.



Promover a realização de exame médico periódico em servidores e magistrados das serventias visitadas para avaliação das condições de trabalho.



Estimular a inclusão do tema Ergonomia na matriz de competências das diretorias envolvidas e contribuir com a capacitação de servidores, magistrados e colaboradores.



# a magistrados e servidores

cional (SESOC). “Significa que eu cuido dos meus recursos, mas quais são eles? São os recursos ambientais, materiais e recursos humanos.”

Muitas das iniciativas já estão ao alcance do público. A sensibilização e investimento na cultura pró-ergonômica, por exemplo, é uma delas. Segundo a Dra. Ivany, o Tribunal há bastante tempo mostra-se preocupado com a compra de equipamentos que atendam aos requisitos ergonômicos, porém existia um empecilho: a falta de informação. “Hoje já atendemos a cerca de 60% a 70% do mobiliário e computadores ergonômicos, só que na maioria das vezes as pessoas não sabem como utilizá-los. Então, começamos a perceber que faltava sensibilização em termos de educação.”

Pensando nisso, em abril deste ano foi lançada a Cartilha de Ergonomia, material autodidático que alerta o leitor sobre a importância do assunto em seu dia a dia e o ensina a utilizar, de forma

mais eficaz, suas ferramentas de trabalho. Também estarão disponíveis cursos de capacitação ergonômica com apoio da Escola de Administração Judiciária (ESAJ).

A manutenção do Plano de



Dr. Alfredo: mais produtividade

Saúde Institucional é outra iniciativa que tem sido levada com rigor. “Entendemos o plano como uma iniciativa importantíssima de qualidade de vida porque promove saúde”, explica a médica. De acordo com ela, a prevenção de doenças

é imprescindível, mas ter acesso à assistência médica também é fundamental. Um dos planos de ação é manter o envolvimento dos interessados na abertura de licitações para que os termos estabelecidos atendam da melhor forma possível as necessidades dos servidores.

No segundo semestre de 2016, o Programa de Combate à Obesidade é uma das iniciativas que vão sair do papel. Os projetos serão feitos à base da educação e espera-se estimular cerca de 80% dos servidores, com palestras e cursos e envolver cerca de 50% do público alvo - pessoas com obesidade ou sobrepeso - em atividades relacionadas ao tema. Tem se estudado a possibilidade de parceria com programas como os Vigilantes do Peso, um meio de auxílio aos que precisam entrar em forma.

Qualidade de vida não é novidade no Tribunal. Além do PLS -PJ, no Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio, idealizado em 2015, existe a Implementação da Política de Gestão de Pessoas organizada pela Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGEPS), que se mostra consciente da importância do tema. Tantos projetos confirmam uma questão: no TJRJ, a saúde de magistrados e servidores tem valor.

CAMPANHA DE VACINAÇÃO

Estimular a adesão dos magistrados e servidores à campanha de vacinação contra a gripe e a inclusão da oferta do plano de saúde aos colaboradores dos serviços contratados.



DIVULGAÇÃO NAS SERVENTIAS

Divulgar o tema QVT nas serventias de 1º grau e nas dependências da Corregedoria Geral da Justiça, com o apoio de sua Assessoria de Comunicação.



AVALIAÇÃO DE RISCOS

Revisar, aprimorar e dar continuidade à avaliação de riscos ocupacionais e ambientais em locais de maior exposição, além de contribuir com a capacitação dos fiscais de contratos.



INCLUSÃO

Apoiar o aprimoramento e a divulgação das ações de inclusão de pessoas com deficiência.



QUALIDADE DO AR

Apoiar a divulgação e o acompanhamento dos procedimentos atuais adotados pelo TJRJ para controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados, sugerindo melhores práticas.



PLANO DE SAÚDE

Apoiar a manutenção do Plano de Saúde Institucional para Servidores.



## Obesidade é considerada o mal do século

No Plano de Logística Sustentável o eixo “Qualidade de vida no ambiente de trabalho” tem como objetivo a criação de um programa de combate à obesidade.

Marcos Fernandes Gomes, funcionário do TJ desde 1998, chegou a pesar 117 quilos. Percebeu então que precisava emagrecer. Dedicando-se à corrida e à natação, em cinco anos Marcos emagreceu 40 quilos. Hoje é corredor, medalhista em maratonas amadoras.

Uma forma de diagnóstico é a medição do Índice de Massa Corporal (IMC). O cálculo é simples: basta dividir a massa de uma pessoa pelo quadrado de sua altura. Resultados entre 25 e 29,9 configuram sobrepeso, já entre 30 a 34,9, obesidade tipo I, enquanto 35 a 39,9 e acima de 40 correspondem à obesidade tipos II e III. É importante também levar em conta a distribuição de



Marcos, de 117kg a maratonista

gordura na circunferência abdominal. Valores acima de 94 cm para homens e 80 cm para mulheres indicam risco.

## Amor pela corrida e muitas medalhas

O esporte tem o poder de mudar a vida das pessoas. Foi o que aconteceu com Paulo César dos Santos, 60 anos, servidor do TJRJ desde 1994, lotado na 1ª Vara da Família de São João de Meriti. Corredor há mais de 10 anos, já conquistou várias medalhas em circuitos do Estado do Rio. Ele dedica uma hora diária à corrida e reforça o treino com duas horas de academia.



Paulo conquistou várias medalhas

## Bicicletas ajudam a encurtar o caminho para a boa forma

O bicicletário do TJ ajuda quem usa este meio de transporte para ir ao trabalho. Três moradores de Niterói utilizam as ciclovias e o espaço para a “magrela” nas barcas. Roberto Villa Real, 39 anos, técnico de Atividade Judiciária, assessor

da DGJUR, atua no Departamento de Apoio ao 2º Grau e diz que “começou há 4 anos a usar a bicicleta para ir ao TJ”. O chefe do Serviço de Testes (SETES), da DGTEC, Marcelo Bernabé, reduziu o risco de atrasos: “O trânsito é incerto e de

bicicleta eu sei exatamente o que fazer”. O assessor do desembargador Mauro Dickstein, Álvaro Saraiwa Filho, acredita que campanhas informativas são fundamentais: “A bicicleta é um meio de transporte, não tem que andar na calçada”.



Roberto: uso diário para o trabalho



Marcelo: trânsito incerto valoriza a utilização da sua bicicleta dobrável

## Antônio Saldanha é o novo ministro do Rio no STJ



Saldanha: felicitações do presidente

O desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Antônio Saldanha Palheiro, tomou posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em cerimônia realizada no início de abril. O magistrado foi indicado pela presidente da República Dilma Roussef para substituir o ministro aposentado Sidnei Beneti.

O presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, destacou que, agora, o STJ passa a contar com três representantes do Judiciário fluminense.

“É muito gratificante para todos nós saber que há mais um representante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no STJ. A sua marca fica no TJRJ. O seu coração, tenho certeza, permanece aqui, com seus colegas”, declarou.

O desembargador Antônio Saldanha é formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Turma de 1975). Ingressou na magistratura em 1988 e tomou posse, em 2003, como desembargador do TJRJ, no qual compõe a 5ª Câmara Cível.

## Vaga da OAB é ocupada por Marianna Fux

O TJRJ definiu os primeiros desembargadores de 2016 para as vagas destinadas ao Quinto Constitucional. A desembargadora Marianna Fux foi empossada no dia 14 de março, ocupando a vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, e para atuar em uma das câmaras especializadas em Direito do Consumidor. A vaga é decorrente da aposentadoria do desembargador Adilson Macabu.

No discurso da posse, a desembargadora agradeceu o apoio dos

colegas advogados e da família e disse que vai aplicar o Direito com sensibilidade. “Assumo hoje essa função com honra e desafio, na constante busca pela realização da justiça”, disse.

A magistrada graduou-se em Direito pela Universidade Cândido Mendes e é doutoranda pela Universidade Autônoma de Lisboa. Como advogada, atuou nas áreas de Consultoria Cível, Empresarial e Administrativa e de Contencioso Judicial.



Desa. Marianna Fux: honra e desafio

## Membro do Ministério Público assume no TJ



Roldão lembrou o pai em sua posse

A vaga de desembargador destinada pelo Quinto constitucional aos integrantes do Ministério Público foi ocupada em abril pelo procurador de Justiça Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho. No discurso de posse, o novo integrante da magistratura do TJ ressaltou a trajetória de seu pai e seu exemplo.

O presidente do TJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, destacou o trabalho realizado por Luiz Roldão Filho nos 23 anos de MP. “É com elevado mérito que o Vossa Excelência aporta no Tribunal de Justiça”, disse o presidente.

O desembargador nasceu em Niterói, em 1967, e se formou em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1989. Coursou a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e recebeu o título de mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Sua carreira no Ministério Público teve início em 1993. Escreveu o livro “O Ministério Público e o Processo Falimentar – Visão Atual e Novas Perspectivas”, publicado em 2013. A vaga no TJRJ foi aberta com a aposentadoria do desembargador José Augusto de Araújo Neto.

# Ilha de Paquetá está na moda novamente

Imortalizada na obra do escritor Joaquim Manuel de Macedo e celebrada na voz de vários cantores de sucesso, a ilha de Paquetá resgatou nos últimos anos sua identidade e está de volta ao roteiro turístico dos cariocas.

O bairro – sim, a ilha é um bairro do Rio –, localizado no fundo da Baía de Guanabara, une a riqueza de seus atrativos naturais ao clima romântico e a uma grande oferta cultural. A Casa de Artes de Paquetá, fundada em 1999, apresenta recitais, saraus e exposições, sempre valorizando o trabalho dos artistas locais. Para os apreciadores da boa música, há rodas de choro, todo primeiro domingo do mês, e concertos da orquestra Jovem Paquetá, que traz a sofisticação da música clássica.

E não para por aí: no restaurante Quintal da Regina, o visitante, enquanto desfruta de um bom jantar, assiste a um clássico do cinema, numa cortesia do Cineclub PQT. Depois, pode passear na tradicional Praça de São Roque, que ao longo do ano abriga várias festas, entre elas a de São Roque, padroeiro de Paquetá.

“Esquecer por um momento seus cuidados, e passar o seu domingo em Paquetá, aonde vão os casais de namorados, buscar a paz que a natureza dá”, já sugeria o compositor João de Barro na voz de vários cantores famosos, entre eles Dick Farney e Jorge Goulart. Vale a pena visitar os pontos mais famosos da ilha, como a Pedra da Moreninha, um mirante localizado na praia homônima, que recebeu esse nome em homenagem a Joaquim Manuel de Macedo, autor do romance A Moreninha; a árvore Maria Gorda e o Parque dos Tamoios, que perpetua a memória dos índios que viviam ali antes da chegada dos franceses.

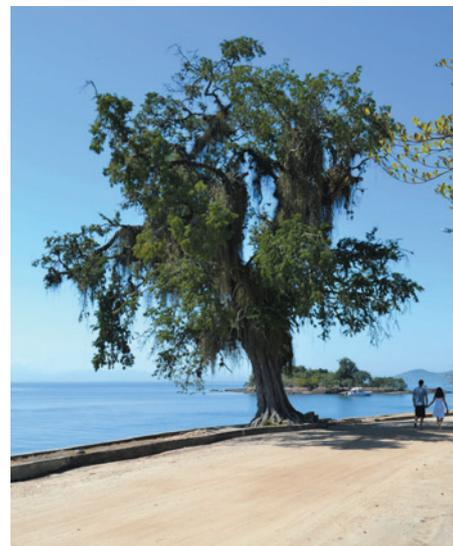


Marco Carvalho

O farol tem 9,45m de altura e foi inaugurado em agosto de 1966

Importante lembrar que na ilha não é permitida a circulação de carros privados, apenas de veículos de serviço público. Mas o turista pode alugar bicicletas e bicicletas-táxi. Para quem quer fazer um passeio completo pela ilha, existe o trenzinho, que espera os passageiros perto da estação das barcas, e as tradicionais charretes.

*A ilha é um pacato bairro do Rio localizado no fundo da Baía de Guanabara e já foi cantada em prosa e verso por grandes autores. As charretes contornam o litoral e são um atrativo a mais.*



Paisagem inspira boas caminhadas

## SERVIÇO

**BARCAS** - de segunda à sexta-feira, as barcas Praça 15-Paquetá circulam de duas em duas horas, a primeira às 5h30 e a última às 23h10. Nos fins de semana e feriados, a cada hora e meia, a primeira às 4h30 e a última às 23h30. A viagem dura de 40 a 50 minutos.

**CASA DE ARTES DE PAQUETÁ** - Praça São Roque, 31. Aberta todos os dias, das 10h às 17h.

## Comitê se reúne buscando melhorias na 1ª instância



Desembargador Marcelo Anátocles

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, seguindo resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criou o Comitê Gestor Regional de Política de Atenção Prioritária ao Primeiro

## Mandados de pagamento eletrônicos ganham mais agilidade

Em uma iniciativa pioneira, que busca mais agilidade e facilidade no recebimento de mandados de pagamento eletrônicos feitos pelo TJRJ, foi firmado no início de março um convênio entre o Tribunal, a OAB/RJ e o Banco do Brasil que prevê a opção de pagamento online permanente para o recebimento destes mandados pelos advogados.

O novo serviço, sem a emissão de documento físico, deverá ser feito pelo cartório e enviado ao sistema do Banco do Brasil diretamente pelo magistrado. O processo servirá como experiência para todo o país.

O cadastro do advogado no site da OAB será realizado uma única vez e, com isso, todos os mandados passarão, de forma permanente, a serem creditados em seu nome. A previsão é de que até o fim do ano todas as serventias extrajudiciais estejam autorizadas a expedir mandados eletrônicos.

Grau. O objetivo é promover melhorias e atender as necessidades da primeira instância. Em reunião do grupo, realizada em abril, foram apresentados os resultados de pesquisa realizada em todo o estado em que magistrados e servidores apontaram as principais demandas de suas serventias.

Um das questões apresentadas foi a necessidade de capacitação para o processo eletrônico, destacada por 93% dos magistrados e 83% dos serventuários consultados. Para resolver o problema, o Comitê pretende criar uma cartilha.

“Queremos que os juizes e os servidores percebam que o Comitê pode fazer diferença na história do Tribunal”, disse o desembargador Marcelo Anátocles, presidente do comitê.

## Gestores do TJRJ debatem gestão sustentável

O Tribunal realizou o II Encontro de Gestores, iniciativa que busca, através de palestras entre os gestores do poder judiciário, ações que melhorem a organização, estrutura e funcionamento do setor, além da troca de experiências entre as diversas áreas que englobam a estrutura organizacional do TJ.

A palestra inicial do evento, realizado em março, foi ministrada pelo desembargador Jessé Torres, presidente da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (Cosus).

Ao comentar sobre gestão sustentável, o desembargador citou três verbos importantes para a realização das tarefas dos responsáveis pelo gerenciamento de pessoas e processos: “Querer” (a vontade, o planejamento do que se quer), “Poder” (distribuição de competências) e “Saber” (o ato de saber fazer o que foi planejado, ter os poderes e os meios para se alcançar o que foi pensado).

## Dia Mundial da Água



Sempre atento às questões ambientais e à promoção da sustentabilidade, o TJ não deixou passar em branco o dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março. O Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (Deape) realizou ampla distribuição de folhetos para ajudar a conscientizar funcionários e visitantes sobre o uso racional dos recursos hídricos. Os folhetos (foto) continham dicas de economia de água nas atividades cotidianas e de divisão e recolhimento de lixo para proteger a rede de esgoto, além de ensinar a melhor forma de limpar caixas d'água e de gordura das residências. O Dia Mundial da Água foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992.

*Cadastre-se no Yammer, a nova ferramenta de comunicação corporativa do Tribunal do Rio.*



## TJRJ estimula troca de livros

De Érico Veríssimo a Sidney Sheldon. O hall do térreo da Lâmina III do Fórum Central agora é um ponto de encontro para os que gostam de ler. O projeto “Recicle Cultura” possibilita que qualquer pessoa que circule pela instituição possa trocar livros.



*Estande estimula os leitores*

Em funcionamento desde julho do ano passado, a ideia é simples: em uma estante encontram-se obras de ficção de variados autores e gêneros, deixadas por doações. Se alguém se interessar por algum livro é só levá-lo, colocando outro em seu lugar.

Organizado pela Biblioteca do Tribunal de Justiça, espera-se que o projeto possa dar nova destinação aos títulos esquecidos nas estantes das pessoas, criando uma rede de circulação, expandindo o acesso ao conhecimento e estimulando o hábito da leitura. Nesse aspecto, os índices no Brasil são preocupantes. Segundo a terceira edição da pesquisa Retratos da Leitura, realizada pelo Ibope Inteligência em 2012, o brasileiro lê, em média, quatro livros por ano, completando a leitura de apenas 2,1 deles.

## Magistratura e gestão judiciária

O livro “Magistratura e Gestão Judiciária”, do desembargador Nagib Slaibi Filho, teve seu lançamento no dia 4 de abril no foyer do TJRJ. Em sua 18ª obra, o magistrado faz um estudo sobre a estrutura do Poder Judiciário, o funcionamento da Justiça e a carreira da magistratura.

De acordo com o autor, o livro foi lançado em um momento importante da Justiça brasileira, que tem sido discutida cada vez mais pela sociedade. O autor acredita que a publicação pode fornecer novas informações a magistrados e aspirantes e, dessa forma, colaborar para debates sobre a Justiça.



*Poder Judiciário é o tema da obra*

## O Femicídio em análise

A data de lançamento do livro da juíza auxiliar da Presidência do TJRJ Adriana Ramos de Mello foi precisa: 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. O livro “Femicídio – Uma análise sociojurídica da violência contra a mulher” demonstra que este tipo de delito é um fenômeno mundial e propõe uma reflexão sobre o que é preciso fazer a partir de agora.

Segundo a autora, que fez o livro a partir de sua tese de doutorado, mesmo sendo um fenômeno mundial, o Brasil está entre os cinco países com maior número deste tipo de delito, atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.



*Livro lançado na EMERJ*

## Manual de Processo Penal

Em abril, o juiz do TJRJ e professor de Processo Penal na Universidade Federal Fluminense (UFF), André Nicolitt, lançou a 6ª edição do livro “Manual de Processo Penal”, editado pela centenária Revista dos Tribunais. Curso completo sobre o tema, a obra aborda desde as noções introdutórias do processo, passando pelos princípios e os re-

curso, encerrando com o processo de execução penal.

O lançamento foi no salão multiuso do Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ-Rio) e contou com a presença do desembargador Marco Aurélio Bezerra, e dos delegados Luiz Zettermann, Gabriela Rafael, Luíza Nicolitt e Hiuston Rosa.

# Em Niterói, visitas guiadas ao velho Tribunal

O Museu da Justiça de Niterói oferece, além de exposições, visitas guiadas a estudantes e a quem mais queira conhecer as instalações do Tribunal de Justiça antes da fusão do antigo Estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara, em 1957. No passeio destacam-se o Tribunal do Júri, o Tribunal Pleno, a galeria de ex-presidentes e os registros da criação de Niterói.

Há também uma sala de ação educativa, com atividades para crianças, e salas de um antigo cartório, onde está a máquina de escrever alemã Mingon Aeg, fabricada em 1905 e que esteve em uso até 1934.



Antiga fachada do Museu da Justiça em Niterói antes da fusão estadual

Os visitantes podem conhecer ainda um pouco sobre a criação do Centro Histórico da cidade, a partir de 1913, com a inauguração da

Praça da República, em cujo entorno foram construídas as sedes dos Poderes Judiciário e Legislativo do antigo Estado do Rio.

## Restaurado o inventário da Princesa Isabel

A família da real brasileira deixou fragmentos de sua história no Judiciário do país. No acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, encontra-se o inventário da Princesa Isabel (foto), a filha de D. Pedro II que, a 13 de maio de 1888, assinou a Lei Áurea – a lei da abolição da escravatura.

Aberto em 17 de novembro de 1921, três dias após a morte da princesa, na 1ª Vara de “Orfãos e Ausentes” do então Distrito Fe-

deral, o processo de 622 folhas, e dividido em dois volumes mais seis apensos (documentos paralelos), demorou 33 anos para ficar pronto. Restaurado em 2013 – a papelada foi encorpada com papel japonês, para fortalecer sua estrutura – já está digitalizado e em breve poderá ser acessado pelo portal do TJRJ.

Os bens de Isabel foram herdados por seu filho Pedro de Alcântara de Orléans Bragança, o único vivo na época, e por seus netos.

Havia imóveis, como a Imperial Fazenda de Petrópolis, ações bancárias, mobília e joias da Monarquia, como a Coroa Imperial, de ouro e brilhantes, que ficou no Tesouro Nacional até 1943, quando passou para a guarda do Museu Imperial, onde está hoje.

Isabel foi casada com Gastão de Orléans, o Conde D’Eu, e, depois da instauração da república, assumiu o título de Condessa. Morreu na França, aos 75 anos.



# Justiça do Rio nas Olimpíadas



O maior evento esportivo do mundo terá a participação ativa do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Serão pelo menos cinco postos em plantão permanente com 30 juízes prontos para agilizar o atendimento aos torcedores de todos os esportes e de todos os países.



Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016.  
Justiça: Presente!

## EXPEDIENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)

Av. Erasmo Braga, 115 - Rio de Janeiro - RJ - TEL: (21) 3133-2000 - [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br)

PRESIDENTE: Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho • CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA: Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo  
1º VICE-PRESIDENTE: Maria Inês da Penha Gaspar • 2º VICE-PRESIDENTE: Nilza Bitar • 3º VICE-PRESIDENTE: Celso Ferreira Filho  
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMERJ • DIRETOR-GERAL: Caetano Ernesto da Fonseca Costa • REVISTA COMPARTILHE  
TRAGEM: 3.500 exemplares • DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGCOM) • DIRETOR-GERAL: Mauro Ventura  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (DECOI) • DIRETORA/EDITORA: Regina Lunière • REDATOR: César Fernandes • REPÓRTERES:  
Monise Guimarães • Diego Pereira Carvalho, Jéssica Lima, João da Matta, Paulo Cesar Fonseca • ESTAGIÁRIA: Rita Constantino  
PROJETO GRÁFICO E ILUSTRAÇÃO INFOGRÁFICO: Maria Lúcia Braga (SECOM) • 4ª CAPA: Jony Anderson Souza Ramos • FOTOGRAFIA: Bruno Dantas  
e Luís Henrique Vicent • IMPRESSÃO: Gráfica do TJRJ (DGLG/SEGRA) • EMAIL: [assessoriaimprensa@tjrj.jus.br](mailto:assessoriaimprensa@tjrj.jus.br) • TEL: (21) 3133-2593

Compartilhe

